



Feminismos e críticas à cultura de massa:

algumas considerações sobre periódicos para mulheres (1970-1989)¹

*SORAIA CAROLINA DE MELLO**

Outro fenômeno do século XX, a massificação da cultura, ligada ao desenvolvimento das sociedades de consumo, redefine a fronteira público-privado, que diz directamente respeito às mulheres. Estamos actualmente longe de uma perspectiva totalmente negativa, em que a cultura de massas era considerada como um processo de uniformização geral e de alienação dos grupos oprimidos. Esta surge como mais ambivalente, tendo por vezes constituído, para as mulheres, uma via de emancipação, não só pelas mudanças de comportamento que acarreta mas também pela modificação do par cultural masculino-feminino. Situados no seu contexto histórico, a imprensa feminina ou o cinema de Hollywood, de que as mulheres foram grandes consumidoras, são, a este respeito, reveladores; e talvez, também, a publicidade. (sic) (THÉBAUD, 1991, p. 313)

Quaisquer que fossem as diferenças que caracterizavam as mulheres que deram os primeiros passos no movimento feminista (e havia muitas), o que conectava muitas delas era a raiva que sentiam da grande mídia. (FARREL, 2004, p. 39)

Os movimentos feministas que emergiram no Ocidente nas décadas de 1960 e 1970 fazem parte de uma série de movimentos sociais e manifestações públicas que questionaram a opressão e as desigualdades para além de seus aspectos materiais. Toda uma geração desiludida com os desdobramentos das experiências de socialismo e comunismo reais, mas que pertence a uma tradição de esquerda ou especificamente marxista, criticou profundamente as manifestações de autoritarismo, principalmente dos Estados, em ambos os lados do mundo então bipolarizado. Nesse sentido, os países democráticos nos quais o capitalismo avançado se fazia presente também foram alvo de crítica desses grupos, que enxergavam nessas sociedades a liberdade de compra, ou “a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 156), como a única liberdade realmente existente (p. 125).

¹ Artigo produzido como trabalho final da disciplina Teorias da História, da Cultura e do Indivíduo (ICH 4003), turma 2011-2, do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na UFSC. Para tal foram mobilizadas discussões da 8ª, 11ª e 15ª sessões da disciplina, as quais trabalharam mídia, gênero e globalização, historicidades e leituras, respectivamente. Esse texto foi também publicado em MOREIRA (et. ali.), 2014, pp. 43-53, sob o título "Críticas à cultura de massa: algumas considerações sobre periódicos para mulheres".

Muitas dessas ideias podem ser associadas ao que ficou conhecido como “geração de 68”². Revoltas, ocupações, manifestos, reclamações públicas de enorme escala, plurais e com lideranças dispersas, quando presentes, se deram dentro de determinados contextos políticos e culturais, nos quais as relações de poder foram questionadas no âmbito público e privado. Velhos valores foram desafiados por novos movimentos, e uma revolução voltada aos costumes e ao dia a dia tomou forma (PINTO, 2003). Dentro desse contexto, as leituras não ortodoxas das teorias marxistas ganham destaque, e é sobre algumas dessas leituras, mais especificamente as voltadas àquilo que hoje entendemos como cultura de massa, que venho refletir neste texto.

Entretanto, não se trata de uma reflexão puramente teórica. Atualmente minha pesquisa tem se dado em torno dos debates, representações e construções discursivas sobre o trabalho doméstico feminino, na imprensa feminista militante e na imprensa comercial voltada para as mulheres, também chamada de imprensa feminina.

Da imprensa feminista, tenho focado em publicações de diversos grupos os quais produziram periódicos nas décadas de 1970 e 1980³ no Brasil. E foi através de um destes periódicos, o paulistano **Mulherio** (1981-1988), que me surgiu a problemática para a análise que proponho. Em uma pequena matéria em 1987, o **Mulherio** (1987, p. 22) divulgou um debate sobre imprensa feminina ocorrido no evento de comemoração dos quarenta anos do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em que se encontraram teóricas feministas e editoras de revistas femininas comerciais de grande circulação. O título da matéria, “Revistas femininas: com modelitos e sem feminismo”, demonstra o teor da crítica feminista às revistas femininas. Apesar da própria matéria trazer algumas ponderações a respeito dessa crítica, baseada em trabalho acadêmico (SARTI; MORAES, 1980)⁴ e nos comentários da então editora da **Revista**

² Em referência aos acontecimentos do maio de 68 francês, mas não somente. Diversas manifestações públicas de estudantes e trabalhadores ocuparam as ruas em diferentes localidades naquele ano, contra governos repressores, contra o racismo, contra a guerra, o *status quo* e outras questões: Tchecoslováquia, Alemanha Ocidental, Polônia, Inglaterra, Itália, Espanha, México, EUA e inclusive o Brasil.

³ Estas fontes foram coletadas por grupos de pesquisa e fazem parte do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH-UFSC).

⁴ Neste artigo, as autoras feministas analisam exemplares do final da década de 1970 das revistas **Claudia**, **Carícia** e **Nova**, voltadas respectivamente à dona de casa, à adolescente e à mulher solteira que trabalha fora de casa. Todas publicadas no Brasil pela Editora Abril.

Claudia (presente no evento em meio a outras editoras de revistas femininas da Abril⁵), o tom geral é de acusação de conservadorismo e imposição de modelos padronizados e opressores de aparência e comportamento.

Da parte das publicações comerciais voltadas para as mulheres, meu foco de pesquisa é exatamente a **Revista Claudia**, grande sucesso editorial do Grupo Abril, que desde 1961 vem publicando mensalmente no Brasil. Com alta tiragem (sua primeira edição brasileira contava com 150.000 exemplares), a publicação é voltada, nos termos da própria revista, para a “dona de casa moderna”⁶. Meu interesse em **Claudia** se dá, primeiramente, pelo público-alvo almejado pela publicação. Mulheres donas de casa, cumprindo ou não dupla jornada⁷, mães de família da classe média então emergente (COSTA, 2008 e COSSE, 2011)⁸. Um terreno fértil para se observar as questões referentes ao trabalho doméstico. Além disso, a importância da revista devido ao seu sucesso, durante tantos anos, fomenta a análise, principalmente quando observamos as críticas feministas ao conservadorismo das revistas femininas. Por último ainda, a **Claudia** brasileira nos traz a figura da colunista feminista Carmen da Silva, que de 1963 até sua morte em 1985 escreveu para a revista na coluna “A arte de ser mulher”⁹. Dessa forma, as discussões e problematizações feministas sobre o trabalho doméstico encontram em **Claudia** não apenas um alvo de críticas profundas, mas também um espaço para algum diálogo, ainda que muitas vezes este se dê de forma truncada, complicada.

O fato de publicações como a **Claudia** serem voltadas à “mulher moderna”, à figura consumidora dos novos lares de classe média, é central para as questões que venho desenvolver aqui. Minha hipótese inicial de pesquisa, a qual ainda precisa ser desenvolvida, é a de que as revistas para mulheres podem não ser tão conservadoras quanto os grupos feministas, no

⁵ A Editora Abril é uma editora brasileira, fundada em 1950 por Victor Civita, a qual inaugurou suas publicações com o gibi do **Pato Donald**. É famosa pelos empreendimentos bem sucedidos, e por ter inovado no mercado editorial, em especial na década de sessenta, com publicações como **Veja**, **Zé Carioca**, **Quadro Rodas** e **Claudia**.

⁶ Temos claro que o público-alvo da revista, o nicho de mercado para o qual ela é produzida, não constitui sua totalidade de leitoras e leitores. Entretanto, como não pretendo trabalhar com as leituras de **Claudia**, o fato da revista se constituir voltada para esse grupo social específico ganha destaque ao observarmos seu conteúdo.

⁷ Questão que se transformou bastante no decorrer dos anos, principalmente a partir da década de 1970.

⁸ A partir dos anos 1950, processos de industrialização e “modernização” resultam em êxodo rural e formação de novas camadas médias urbanas.

⁹ Coluna que existia antes da entrada de Carmen da Silva na revista, e cujo nome ela inclusive se esforçou para tentar mudar, por o considerar piegas e reacionário, mas nunca obteve êxito. (DUARTE, 2005, p. 38)

recorte temporal observado (1970-1989), as acusavam ser. Tal hipótese foi levantada levando em conta as apropriações que as publicações conservadoras ou puramente comerciais muitas vezes fazem de novas idéias contestatórias, dessa forma, agindo como divulgadoras dessas novas idéias em largas proporções, as quais não seriam alcançadas pelos grupos militantes, progressistas ou revolucionários.

Não estou, de forma alguma, negando o caráter basicamente comercial de publicações como a **Claudia**. São mercadorias, produzidas para serem bem sucedidas em seu objetivo, que são as vendas. Assim, nenhuma idéia extrema, radical, ou intrinsecamente revolucionária, que poderia afastar a consumidora do seu produto, teria motivo para ser veiculada pela revista. Ainda mais levando em conta a noção do senso comum de que as donas de casa representam em muitos aspectos uma das parcelas mais conservadoras da população. Entretanto, os movimentos feministas nesse período ganhavam visibilidade, fazendo manifestações públicas, produzindo periódicos e panfletos, ocupando espaço em discussões propagadas pela grande mídia e em noticiários. Como a “revista da mulher moderna” poderia ignorar tal novidade?¹⁰

Não é difícil entender as críticas feministas ao conservadorismo das revistas femininas, mas tenho me esforçado para tentar entender o radicalismo de tais críticas, que muitas vezes absolutamente negavam meios de comunicação que alcançavam muitas mulheres, e que tática ou estrategicamente poderiam ser utilizados pelos grupos militantes, sem com isso se criar qualquer vínculo ou compromisso (o que seria diferente do caso de Carmen da Silva, que era funcionária da revista) com as publicações comerciais. Refletindo sobre essas questões, tenho sido levada a considerar que não é apenas o caráter conservador ou antifeminista das revistas femininas que faziam com que as feministas as vissem como um inimigo declarado. Vale lembrar que os feminismos das décadas de 1960 e 1970 eram, de forma geral, grupos compostos por mulheres que, além de um elevado grau de escolaridade (muito frequentemente com formação nas áreas de humanas ou comunicação), estavam muitas vezes relacionadas a militantes (como filhas, namoradas, esposas), ou eram elas mesmas militantes de grupos de

¹⁰ É importante comentar aqui como as publicações da Abril, no Brasil mas também na Argentina, simbolizaram a modernização, o novo, conforme comenta Isabella Cosse (2001). Também podemos refletir sobre as revistas femininas divulgando novas ideias, levando em conta a tese de doutorado de Roselane Neckel (2004). No entanto, a autora conclui que as novidades, os novos parâmetros de sexualidade, foram utilizados por estas revistas para reforçar estereótipos e ideais conservadores de gênero.

esquerda. Especificamente no caso do Brasil, as discussões feministas deste período ainda coincidem com o governo ditatorial e suas decorrentes perseguições políticas.

Portanto, na busca por historicizar¹¹ não apenas a situação política em que se encontravam as feministas, mas também pensando nas suas formações acadêmicas e militantes (leituras de formação realizadas dentro dos grupos de esquerda), podemos compreender melhor por que as revistas femininas, símbolo do desenvolvimento capitalista, trazendo muitas vezes formatos, imagens ou ideologias que se referiam ao modo de vida estadunidense, eram vistas como inimigas. Vale lembrar sobre esse aspecto as críticas das esquerdas ao imperialismo, cultural mas não somente, norte-americano, e o papel dos Estados Unidos e do capital internacional de forma geral como colaboradores das ditaduras militares na América Latina (PADRÓS, 2008). Aliás, cabe citar sobre esse aspecto parte do fragmento 57 de “A sociedade do espetáculo”, publicada em francês em 1967¹²

A sociedade portadora do espetáculo não domina as regiões subdesenvolvidas apenas pela hegemonia econômica. Domina-as *como sociedade do espetáculo*. Nos lugares onde a base material ainda está ausente, em cada continente, a sociedade moderna já invadiu espetacularmente a superfície social. Ela define o programa de uma classe dirigente e preside sua formação. Assim como ela apresenta os pseudobens a desejar, também oferece aos revolucionários locais os falsos modelos de revolução. (...) (DEBORD, 1997, pp. 38-9)

Nesse sentido, procurei em algumas críticas à cultura de massa, ou como os teóricos críticos preferiam, Indústria Cultural¹³, realizadas anteriormente à emergência destes feminismos, bases para suas críticas às revistas femininas. É importante atentar para o fato de

¹¹ Utilizo aqui noções de historicidade de KOSELLECK, 2006.

¹² Importante ressaltar que a concepção de espetáculo não era uma crítica voltada apenas ao desenvolvimento capitalista. As sociedades industriais como um todo, suas burocracias criadoras de desigualdades, a abundância da produção e a criação das falsas necessidades para sustentá-la, eram criticadas tanto no Leste quanto no Oeste do mundo bipolar.

¹³ “Com efeito, no momento em que os frankfurtianos escrevem, o termo cultura de massa se reveste de um significado nitidamente ideológico. A noção pressupunha que as massas possuiriam uma cultura própria que simplesmente estaria sendo veiculada pelos meios de comunicação: as empresas culturais seriam instâncias neutras que refletiriam democraticamente o gosto popular existente. A idéia (sic) de indústria cultural refuta esta pretensa neutralidade dos meios de comunicação e vem reforçar a dimensão que a cultura é algo fabricado. (...) Onde a sociologia americana via o consumidor como sujeito do processo, a Escola o vê como o objeto das grandes empresas.” (ORTIZ, , 1986, p. 14)

6

que muitas dessas feministas que eram militantes de grupos de esquerda, foram também militantes em grupos marxistas mais “clássicos”, se podemos colocar assim. As críticas à cultura de massa nesse período e anteriormente, por outro lado, se fizeram sobretudo em grupos que se colocavam como marxistas, mas absolutamente não ortodoxos, como a Internacional Situacionista¹⁴, que teve grande participação e foi uma forte referência nos acontecimentos de 68, ou os teóricos daquilo que ficou conhecida como a Escola de Frankfurt, como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, os quais não consideravam a luta de classes como o motor da história nas sociedades industrializadas (ORTIZ, 1986, p. 3; 5). Para esta reflexão, também utilizei a coletânea de artigos reunidos em *Apocalípticos e Integrados*, obra do italiano Umberto Eco que, publicada na Itália em 1964, é ainda hoje uma marcante referência sobre os estudos de cultura de massa.

É importante colocar que as críticas à cultura de massa trazidas pela escola de Frankfurt são muito anteriores a 68. Entretanto, suas primeiras publicações traduzidas no Brasil datam da década de 1960, e o grande impacto desse pensamento o fez ser retomado com força nas universidades, ao menos brasileiras, na década de 1980 (ORTIZ, 1986; FREITAG, 1994). Nos próprios acontecimentos em torno de 68 na Europa, ao menos Marcuse tentou dialogar com os estudantes, conforme comenta Barbara Freitag.

Vale ressaltar também que, em contato com bibliografia sobre as leituras feministas realizadas no Brasil, nesse período, essas são referências que não são surgem¹⁵. Inclusive, segundo cita Barbara Freitag (1994, p. 140), no Brasil a obra de Herbert Marcuse era associada a movimentos mais culturais, como o Tropicalismo, que eram vistos pelos grupos militantes de

¹⁴ Segundo Armand e Michèle Mattelart (1999, p. 94): “Publicado em 1967, *La société du spectacle*, de Guy Debord (1931-1994), marca o ponto extremo da crítica da sociedade de abundância. Em 1957, o autor foi um dos fundadores da Internacional Situacionista, que desenvolve suas atividades na França, (...) na Alemanha, na Inglaterra e na Itália. Suas teses chegam aos Estados Unidos e aos seus *campi* revoltados. Em maio de 1968, momento privilegiado da crítica em ato da ordem midiática, Debord é uma das figuras do movimento contestatório.” Vale colocar que a I.S. possuía membros de nacionalidades para além das citadas, e suas atividades e textos se estenderam também para além, conforme comenta a obra INTERNACIONAL SITUACIONISTA (2002).

¹⁵ Refiro-me aqui a pesquisas como **Revoluções do Gênero**: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985); **Gênero, Feminismo, Mulher e Mulheres**: apropriações no Cone Sul (1960-2008) ou **Do feminismo ao gênero** - circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008), coordenadas por Joana Maria Pedro, e vinculadas ao LEGH. Nesse panorama vale citar especificamente as pesquisas de Mestrado e Doutorado de Joana Vieira Borges: **Para além do tornar-se**: ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil e **Trajetórias e leituras feministas no Brasil e Argentina (1960-1980)**, respectivamente, também vinculadas ao LEGH.

esquerda como “desbundados”, sinônimo de apolitizados ou colonizados pelo imperialismo norte-americano (GONÇALVES, 2004; HOLLANDA, 2004). Por se voltarem à contracultura, arte, música (inclusive a norte-americana), novas experiências proporcionadas pelo uso de entorpecentes, frequentemente se isolando em comunidades alternativas, não se engajavam em grupos políticos de resistência, os quais eram vistos como caretas, rígidos. Geralmente pacifistas, em momentos em que grande parte da esquerda marxista via na luta armada o único caminho para a revolução e a liberdade, propagando o amor livre enquanto grupos de esquerda possuíam rigorosas regras morais, os *hippies* e outros grupos eram mal vistos pelos grupos políticos organizados, em especial os partidários¹⁶.

Ademais, é preciso considerar que além de possuírem a característica do marxismo não ortodoxo, tanto a teoria crítica quanto os situacionistas criticavam partidos e sindicatos como coercitivos, como parte do sistema que iludia as pessoas, que as massificava destituindo-as assim de sua individualidade (MARCUSE, 1982) e as afastando da verdade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13; 144)¹⁷. As publicações e grupos feministas, principalmente nos anos 70, tinham várias ligações com partidos e sindicatos. Mesmo no caso de publicações como o *Nosotras* ou o **Nós Mulheres**, produzidas por organizações que se colocavam como grupos feministas autônomos, sem vínculo partidário, individualmente muitas de suas integrantes possuíam sim essas ligações.

Todavia, acredito que muitas dessas noções, que são problematizadas nas obras dos teóricos críticos alemães, dos situacionistas e de estudiosos da cultura de massa como o grupo de italianos ao qual Umberto Eco fez parte, circularam. Podem não ter sido lidas diretamente, citadas, estudadas, mas é difícil imaginar que passaram sem causar absolutamente nenhum impacto. Muitas feministas brasileiras tiveram seu contato mais significativo com o feminismo

¹⁶ Podemos também relacionar a crítica ao desbunde com a citação aqui feita de **A sociedade do espetáculo**. Por outro lado, vale comentar que no Brasil esses grupos da esquerda “festiva ou desbundada”, como os chamavam os mais ortodoxos, foram parte importante da resistência, e como os outros grupos organizados foram perseguidos, mortos, presos ou exilados, foi quem pôde ficar, quem trabalhou e produziu. Se formos pensar por exemplo no caso da Argentina, onde a radicalização foi maior, quase ninguém escapou da perseguição política, nem mesmo os que lá seriam os equivalentes aos “desbundados”, mas no caso do Brasil foram figuras importantes da história da resistência desse período.

¹⁷ Também em Adorno e Horkheimer há esse trecho “(...) A liberdade formal de cada um está garantida. Ninguém tem que se responsabilizar oficialmente pelo que pensa. Em compensação, cada um se vê desde cedo num sistema de igrejas, clubes, associações profissionais e outros relacionamentos, que representam o mais sensível instrumento de controle social.”, p. 140.

no exílio na Europa. Algumas delas, durante esses exílios, tiveram acesso às universidades¹⁸, as quais é difícil imaginar que não sofreram transformações após as movimentações do final dos anos 60.

De qualquer forma, independente dessa hipótese de apropriação indireta das feministas às críticas da cultura de massa, entendo que são leituras que podem esclarecer meu olhar e enriquecer minha análise sobre as fontes. Por exemplo, voltando à minha hipótese central de pesquisa, de apropriação das revistas para mulheres de idéias feministas, podemos pensar que esse é um movimento do capitalismo já bem conhecido por nós. Quer dizer, as idéias revolucionárias são apropriadas, transformadas, e então vendidas como mercadoria. Sobre esse fenômeno, que seria realizado pelo espetáculo ou a indústria cultural inclusive em nações não capitalistas¹⁹, temos o fragmento 59 de **A sociedade do espetáculo**, de 1967, seguido de um trecho do texto **A indústria cultural...** de Adorno e Horkheimer, originalmente publicado em 1947.

O movimento de *banalização* que, sob a diversão furta-cor do espetáculo, domina mundialmente a sociedade moderna, domina-a também em cada ponto em que o consumo desenvolvido das mercadorias multiplicou na aparência os papéis e os objetos a escolher. A sobrevivência da religião e da família – a qual continua sendo a principal forma de herança do poder de classe –, e, por isso, da repressão moral que elas garantem, pode combinar-se como uma só coisa com a afirmação redundante do gozo *deste* mundo, sendo este mundo produzido justamente apenas como pseudogozo que contém em si a repressão. À aceitação dócil do que existe pode juntar-se a revolta puramente espetacular: isso mostra que a própria insatisfação tornou-se mercadoria, a partir do momento em que a abundância econômica foi capaz de estender sua produção até o tratamento dessa matéria-prima. (DEBORD, 1997, p. 39-40)

(...) Quem resiste só pode sobreviver integrando-se. Uma vez registrado em sua diferença pela indústria cultural, ele passa a pertencer a ela assim como o participante da reforma agrária ao capitalismo. A rebeldia realista torna-se a marca registrada de quem tem uma nova idéia a trazer à atividade industrial. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 123-4)

¹⁸ Como exemplo podemos citar Danda Prado em Paris ou Branca Moreira Alves em Berkley, nos EUA (CARDOZO, 2004).

¹⁹ Umberto Eco também afirma que a cultura de massa não é exclusividade do capitalismo, e está presente em qualquer sociedade industrial desenvolvida, citando como exemplo a União Soviética e a China (2008, p. 44; 53).

Sob esta perspectiva, podemos encarar os motes feministas que, durante a pesquisa, sejam encontrados nas revistas comerciais para mulheres, como sendo esse “tratamento da matéria-prima revolta”, isso que a transforma em mercadoria. Meu objetivo não é descartar este raciocínio. Aceito a premissa de que os artigos, e em especial os anúncios publicitários, transformam a revolta em mercadoria. Mas penso que a questão não se encerra aí. Acredito também que a divulgação de novas idéias ou costumes, que de imediato poderiam ser mal aceitas nos setores médios ou mais conservadores, acabam ganhando espaço com suas versões transformadas, mastigadas, empacotadas em forma de mercadoria. Não tenho a intenção de identificar essas mercadorias como revolucionárias ou transformadoras em si mesmas, mas acredito que elas possam abrir caminhos para uma série de novos questionamentos. Seria algo no sentido do que Carmen da Silva afirmava fazer em sua coluna na **Revista Claudia**. Ana Rita Fonteles Duarte (2005) afirma que a colunista trabalhava com a perspectiva de mudanças em longo prazo nos comportamentos de suas leitoras. Assim, não era seu objetivo assustá-las ou perdê-las, apesar de frequentemente contrariá-las. Em entrevista Carmen da Silva coloca

Naturalmente eu tinha muita preocupação, no princípio, de não ir longe demais. Minha tática era a seguinte: se eu vou um quilômetro adiante das leitoras elas não me seguem, porque não me vêem, me perdem na primeira esquina. Se eu vou junto com elas não estou adiantando nada, não estou conduzindo nada. Se eu vou 50 metros adiante, elas vêm atrás. Então eu ia 50 metros adiante. De repente eu tentava ir 51. (NEHRING, 1981, p. 134-135)

A despeito do caráter vanguardista e paternalista do depoimento, Carmen da Silva estava, com seus escritos, atingindo mulheres que provavelmente jamais teriam contato com as ideias feministas por meio de grupos de esquerda, grupos feministas radicais ou grupos feministas marxistas que faziam trabalhos de base em comunidades de baixa renda. A dona de casa de classe média, casada, mãe, pouco preocupada com as teorias de crítica social, de forma geral não circularia por esses meios²⁰. Seria possível uma analogia com o que Umberto Eco (2008, p. 13) comentou sobre os primeiros impressos populares do século XIX

²⁰ Vale citar que temos claro que não é apenas o público-alvo das publicações que as lêem. Portanto, diversas pessoas, como feministas engajadas, empregadas domésticas ou homens de diferentes estratos sociais poderiam ler (e leram) as revistas. Isabella Cosse (2011) inclusive cita que muitas estudantes universitárias admitiam -

(...) Difundindo entre o povo os termos de uma moralidade oficial, esses livros desempenhavam tarefa de pacificação e controle; favorecendo a explosão de humores bizarros, forneciam material de evasão. Mas, no fim das contas, proviam a existência de uma categoria popular de “literatos”, e contribuíam para a alfabetização de seu público.

Umberto Eco também contribui para essa questão quando discute as críticas ao reformismo. Para ele, a categoria de reformismo parece absolutamente inaplicável ao mundo dos valores culturais. Para explicar tal colocação, cita como exemplo o caso de uma greve, em que um aumento salarial poderia dissuadir os operários de ocupar a fábrica, em oposição ao caso de uma comunidade agrícola de analfabetos, os quais fossem ensinados a ler para que pudessem ler os pronunciamentos políticos de determinada liderança. Nada poderia impedir que amanhã, nessa mesma comunidade, pronunciamentos políticos de oposição fossem lidos ou escritos. Ou seja, “Ao nível dos valores culturais não se verifica cristalização reformista mas tão-somente a existência de processos de conhecimento progressivo, os quais, uma vez abertos, não são mais controláveis por quem os desencadeou.” (ECO, 2008, p. 52)

É importante também destacar que os periódicos feministas, muitas vezes produzidos de maneira autônoma, raramente eram vendidos em bancas e, quando o eram, de forma geral ocorria em bancas localizadas. Sua tiragem era baixíssima comparada a grandes publicações comerciais como **Claudia** (CARDOZO, 2004), e as produções feministas circulavam principalmente nos grandes centros, cidades maiores, sendo, portanto, muito mais inacessíveis que revistas produzidas para serem vendidas por todo o território nacional. A respeito de **Claudia**, Ana Rita Fonteles (2005, p. 19) afirma, baseada no primeiro editorial enviado pela revista aos seus possíveis anunciantes, o “caráter nacional da Revista ‘em espírito e penetração geográfica’, uma vantagem a mais para os anunciantes que divulgariam os seus produtos em todo o País.” A autora também coloca que a publicidade ocupava, em média, metade da publicação, o que não nos permite ignorar a relação da publicação com o consumo, além dela mesma se constituir como mercadoria.

porque era de certa forma vergonhoso pra elas - ler a **Claudia** argentina, por exemplo, em salas de espera de consultórios médicos ou dentistas.

Nesse ponto, acredito valer a pena nos atermos um pouco sobre a crítica frankfurtiana a respeito da Indústria Cultural. A publicidade, a produção de determinados produtos voltados a um público-alvo, suas distinções aparentes, são questões vistas como falsas, ilusórias.

(...) As distinções enfáticas que se fazem entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços, têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis.

(...) As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116)

O objetivo dessas diferenciações, criadas para que possam englobar todos os consumidores, para que ninguém escape, estaria alheio aos próprios produtos. Quando Renato Ortiz, citando Hebert Marcuse (1971, p. 357), afirma que nas sociedades industrializadas é o aparato tecnológico, os meios de comunicação de massa, que “trazem consigo atitudes e normas prescritas, determinadas reações emocionais e mentais, atando mais ou menos prazerosamente os consumidores aos produtores e através destes, ao todo”, precisamos levar em conta a posição da teoria crítica em relação à técnica.

O conceito de Indústria Cultural é trabalhado dentro da crítica ao esclarecimento, que é toda uma complexa crítica filosófica à técnica positivista, como coercitiva a massificadora, padronizadora. Critica-se em especial a técnica que seria externa a seu objeto, o que significaria que o conteúdo específico de cada produto cultural deveria estar submetido a uma lógica que se encontra fora dele. Sendo assim, o meio é a mensagem. Como coloca Renato Ortiz (1986, p. 20), “Uma sociedade unidimensional é uma sociedade sem “finalidade” na qual os meios determinam a particularidade de cada produto. Isto permitirá a Adorno falar da ‘televisão como ideologia’ da mesma maneira que Habermas se referia à técnica.” Se “o meio é

a mensagem", as revistas femininas comerciais, propostas para a dona de casa consumidora e buscando cobrir um novo nicho de mercado, não teriam como propagar qualquer ideia revolucionária. Mesmo porque, dentro desta perspectiva, "o conteúdo específico do fenômeno é menos importante do que o fato que deveria existir qualquer coisa para preencher o vácuo da consciência expropriada e distraí-la do segredo aberto (sua submissão)". (ORTIZ, 1986, p. 20)

Nesses aspectos, mesmo que estas não sejam leituras que fossem realizadas diretamente pelas feministas brasileiras nos anos 1970 e 80 (e esse ponto é importante que eu frise), temos um aporte teórico crítico que nos ajuda a compreender e inclusive justificar seu rechaço às publicações comerciais voltadas para as mulheres. Entretanto, outros teóricos revêem muitas dessas questões. Em **Apocalípticos e integrados**, de 1964, Umberto Eco discute diretamente com os teóricos críticos, entre outros autores. O nome da obra se refere exatamente aos críticos extremos e aos defensores entusiasmados da cultura de massa, respectivamente. O autor trabalha com esses dois extremos, buscando mediar a discussão, não no sentido de apaziguar, mas de encontrar um caminho em que a crítica à cultura de massa reconheça os aspectos positivos da mesma, ou ao menos os possíveis usos críticos de determinadas características desta.²¹

Por exemplo, contrapondo a idéia de que bens culturais voltados ao consumo "despertam e idiotizam as pessoas ao mesmo tempo" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 14-15), Umberto Eco (2008, p. 271) vê nos produtos culturais redundantes, que não exigem esforço intelectual de quem os consome e que de certo modo repousam a mente, um espaço legítimo de descanso a qualquer pessoa depois de um longo dia de trabalho. Em contrapartida, o autor questiona: "(...) Para quem a narrativa da redundância constitui uma alternativa, e para quem, ao contrário, constitui a única possibilidade?"

Genericamente, seu livro traz a proposta de uma observação dialética da cultura de vanguarda, aquela que faz refletir, que pode provocar transformações, e dos produtos culturais de massa, o "mais do mesmo", padronizadores. Sugere análises práticas, pesquisas de campo, em que se observem os diálogos entre estes dois pólos que, inclusive, ele coloca como mais

²¹ Também podemos encontrar uma posição mais otimista sobre a potencialidade da obra de arte (e da cultura de massa de forma geral) na sociedade industrial em Walter Benjamin, integrante da Escola de Frankfurt, com o qual os teóricos críticos debateram diretamente na revista do Instituto para Pesquisa Social (BENJAMIN, 1994). Sobre a história do Instituto, ver FREITAG, 1994.

diluídos um no outro do que a crítica de forma geral atesta. Por exemplo, comentando sobre histórias em quadrinhos, no texto **O mundo de Minduim**, Umberto Eco (2008, p. 283) afirma

(...) desde que o mundo é mundo, artes maiores e artes menores só têm, quase sempre, podido prosperar no âmbito de um dado sistema que permitisse ao artista certa margem de autonomia em troca de certa porcentagem de condescendência para com os valores estabelecidos: e que todavia, no interior desses vários circuitos de produção e consumo, viram-se agir artistas que, usando das oportunidades concedidas a todos os demais, conseguiram mudar profundamente o modo de sentir dos seus consumidores, desenvolvendo, dentro do sistema, uma função crítica e liberatória.

Essa ideia, que Eco traz nos anos 1960, contribui em muito ao meu olhar sobre as fontes, principalmente as comerciais, nas quais quero buscar brechas, lacunas, espaços onde idéias transformadoras possam surgir, mesmo em um meio aparentemente hostil a elas.

Uma série de questões referentes à arte, e centrais aos teóricos que aqui utilizo para discutir a cultura de massa, não são tratadas neste texto. Ainda assim, as oposições encontradas entre arte de vanguarda transformadora e produtos culturais massificados me ajudam a pensar as oposições entre imprensa feminista militante e revistas comerciais para mulheres. Muito foi escrito desde os anos 1960 sobre produtos culturais voltados ao consumo, sobre a cultura como mercadoria, mas as tensões que por um lado comemoram, por outro negam completamente a cultura de massa, em muitos aspectos ainda podem ser encontradas. Para meu trabalho, é importante manter essas críticas em vista para que eu tenha condições de historicizar os debates presentes entre minhas fontes de pesquisa, que em certa medida também estão polarizadas entre a produção de uma mercadoria, de um lado, e a vontade de provocar a reflexão que traga transformação, de outro.

Ao mesmo tempo são as próprias fontes, por exemplo na figura de Carmem da Silva, que vêm me lembrar que essas questões podem estar mais diluídas uma na outra do que algumas das críticas feministas (em especial as contemporâneas às fontes) gostariam de admitir. Busco aporte, nesse sentido, nas constatações de Françoise Thébaud, datadas de 1991, quando ela se afasta de uma perspectiva totalmente negativa da cultura de massas e pensa como esta pode ter atuado junto às mulheres como uma via de transformação cultural e comportamental, conforme consta na epígrafe desta comunicação.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Joana Vieira. **Para além do tornar-se**: ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2007.

BORGES, Joana Vieira. **Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. Tese (Doutorado em História), UFSC, 2013.

CARDOZO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: 12(N.E.), set./dez. 2004.

COSSE, Isabella. *Claudia*: la revista de la mujer moderna en la Argentina de los años sesenta (1957-1973). **Mora**. Buenos Aires: vol.17 n.1, jan./jul. 2011. Disponível em

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2011000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=es Acesso em 27/02/2012.

COSTA, Maria Paula. **Entre o sonho e o consumo**: as representações femininas na Revista Claudia (1961 – 1985). Tese (Doutorado em História), UNESP Assis, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen da Silva**: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FARREL, Amy Erdman. **A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular**. São Paulo: Barracuda, 2004.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GONÇALVES, Marcos Augusto. Desbunde foi alternativa à rigidez da esquerda. **Folha Ilustrada**. Folha On Line, 21/03/2004. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u42609.shtml> Acesso em 27/02/2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70). Rio de Janeiro, Aeroplano, 2004.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista**: teoria e prática da revolução. São Paulo: Conrad, 2002.

KOSELLECK, Reinhard. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

MARCUSE, Herbert. Acerca del problema de la ideologia en la sociedad industrial altamente desarrollada. In: Lenk, Kurt. El Concepto de Ideologia. Buenos Aires: Amorrortu, 1971. Apud ORTIZ, Renato. A escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 1, 1986. P. 6.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.



16

MOREIRA, Rosemeri; CAMARGO, Hertz W. de; KLANOVICZ, Luciana R. F. (org.). **O gênero e os meios** - imprensa, televisão e cinema. Londrina: Syntagma, 2014.

Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 29, maio/junho de 1987.

NECKEL, Roselane. **Pública vida íntima**: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese (Doutorado em História), PUC/SP, 2004.

NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes. **Família e feminismo**: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), USP, 1981.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos (et. alii). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ORTIZ, Renato. A escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 1, 1986.

SARTI, Cynthia e MORAES, Maria Quartim de. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia (orgs). **Vivência** - história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Brasiliense, 1980.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.